

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.
Relatório do auditor independente
Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Notas	31/12/2020	31/12/2019		Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.502	7.358	Fornecedores	10	13.313	7.921
Ativo financeiro de concessão	6	53.085	40.957	Empréstimos e financiamentos	11	95.570	94.080
Contas a receber	7	14.999	9.143	Arrendamento mercantil	9.2	629	-
Impostos e contribuições a compensar	-	340	331	Obrigações e encargos trabalhistas	-	1.441	1.126
Adiantamento a fornecedor	-	679	1.255	Obrigações tributárias	12	1.884	1.273
Outras contas a receber	-	71	46	Partes relacionadas	8	136	-
		<u>84.676</u>	<u>59.090</u>	Dividendos	-	241	131
						<u>113.215</u>	<u>104.531</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	11	-	472
Partes relacionadas	8	14.885	-	Arrendamento mercantil	9.2	1.265	-
Impostos diferidos	13.1	4.858	3.037	Partes relacionadas	-	-	336
Ativo Financeiro de Concessão	6	158.052	158.498	Impostos diferidos	13	55.048	42.620
		<u>177.795</u>	<u>161.535</u>	Provisões	14	7.687	3.737
				Receita Diferida	15	3.032	3.238
						<u>67.032</u>	<u>50.403</u>
				Total do passivo		<u>180.247</u>	<u>154.934</u>
Ativo Imobilizado	-	30	34	Patrimônio líquido			
Ativo intangível	9.1	1.463	-	Capital social	16.1	30.457	30.457
		<u>179.288</u>	<u>161.569</u>	Reserva de lucros	-	53.261	35.268
				Total do patrimônio líquido		<u>83.717</u>	<u>65.725</u>
Total do ativo		<u><u>263.964</u></u>	<u><u>220.659</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>263.964</u></u>	<u><u>220.659</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receitas líquidas	-	59.969	55.461
Custos	18	(49.678)	(52.292)
Lucro bruto	17	10.291	3.169
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(7.729)	(6.471)
Outras despesas/receitas operacionais	-	1.178	-
Prejuízo antes do resultado financeiro		3.740	(3.302)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	41.552	31.280
Despesas financeiras	21	(8.381)	(9.100)
		33.171	22.180
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		36.911	18.878
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.2	(9.067)	(4.670)
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.2	(3.742)	(1.072)
Lucro líquido do exercício		24.102	13.136

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado líquido do exercício	<u>24.102</u>	<u>13.136</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>24.102</u></u>	<u><u>13.136</u></u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital Social		Reserva de Lucros		Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros do exercício	
Em 31 de dezembro de 2018		30.457	2.640	49.641	-	82.738
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.136	13.136
Constituição da reserva legal	-	-	657	-	(657)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	12.479	(12.479)	-
Dividendos	16.2	-	-	(28.149)	-	(28.149)
Juros sobre capital próprio		-	-	(2.000)	-	(2.000)
Em 31 de dezembro de 2019		30.457	3.297	31.971	-	65.725
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	24.102	24.102
Constituição da reserva legal	-	-	1.206	-	(1.206)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	22.896	(22.896)	-
Dividendos	16.2	-	-	(6.110)	-	(6.110)
Em 31 de dezembro de 2020		30.457	4.503	48.758	-	83.717

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.911	18.878
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem na construção	(140)	(1.113)
Encargos sobre empréstimos	2.783	8.505
Depreciações	296	4
Variações Monetárias	(37.799)	(31.983)
Reequilíbrio financeiro	(14.541)	-
Apropriação Receitas diferidas	(207)	(207)
Provisões	3.950	3.737
Apropriação dos impostos diferidos (pis cofins) impostos no resultado	1.539	518
	<u>(7.208)</u>	<u>(1.661)</u>
Variações em saldos de ativos e passivos		
Ativo financeiro de concessão	36.065	34.754
Contas a receber	(378)	(284)
Impostos e contribuições a compensar	-	206
Adiantamentos a fornecedores	574	1.529
Outras contas a receber	(24)	(4)
Fornecedores	5.392	(1.294)
Obrigações e encargos trabalhistas	316	220
Obrigações tributárias	611	47
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.742)	(1.072)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>31.605</u>	<u>32.441</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Mútuo concedido	(14.885)	-
Aquisições do ativo financeiro em formação	(752)	(5.986)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	<u>(15.636)</u>	<u>(5.986)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com terceiros		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.626)	(3.084)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamento com terceiros	<u>(1.626)</u>	<u>(3.084)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento com acionistas		
Contas-correntes com partes relacionadas	(200)	336
Dividendos	(5.999)	(30.537)
Caixa proveniente/aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	<u>(6.199)</u>	<u>(30.201)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.143</u>	<u>(6.830)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.358	14.188
No fim do exercício	15.501	7.358
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.143</u>	<u>(6.830)</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de Sorocaba - SP, constituída em julho de 2014, e tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de Sorocaba.

O Governo do Estado de São Paulo, via sua Secretaria de Estado da Saúde, com o interesse em aumentar a oferta de serviços assistenciais de saúde prestados à população, identificou especialidades ainda não supridas pelo Poder Público. Diante disso, transferiu à iniciativa privada a construção de novos Complexos Hospitalares, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, bem como a prestação dos serviços "Bata Cinza", visando aprimorar a gestão administrativa e melhorando o atendimento e a oferta de serviços e, nessas condições, a opção que melhor se adequou aos interesses do Estado de São Paulo e ao interesse público foi a contratação de Parceria Público-Privada, no modelo de Concessão Administrativa.

O Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo autorizou a contratação desta Concessão Administrativa, aprovando sua modelagem e incluindo o projeto no Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo, em ato publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 17 de outubro de 2014 - Poder Executivo - Seção I - página 5.

O objeto do Contrato de Concessão Administrativa dos Serviços "Bata Cinza" no Complexo Hospitalar é a realização das obras e investimentos para a construção, aquisição e instalação de equipamentos e mobiliário, nos termos das disposições do Contrato, assim resumido:

- i. Elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Complexo Hospitalar, objeto do Contrato;
- ii. Construção e implantação do Complexo Hospitalar;
- iii. Fornecimento, instalação, comissionamento, atualização e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares necessários ao Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- iv. Fornecimento, instalação, atualização e manutenção dos mobiliários necessários ao funcionamento do Complexo Hospitalar objeto do Contrato;
- v. Prestação dos Serviços "Bata Cinza";
- vi. Obtenção, aplicação e gestão de todos os recursos financeiros necessários à execução do objeto do Contrato.

O prazo desta Concessão Administrativa será de 20 (vinte) anos, contados a partir da assinatura em 01 de setembro de 2015 do Termo de Transferência Inicial, podendo ser prorrogado pelo mesmo período mediante justificativa apresentada pelo Poder concedente.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 22 de março de 2021.

Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

a) Definição de um negócio (alterações a IFRS 3):

As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida revisão;

b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

- a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendessem após 30 de junho de 2021);
- c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. A Companhia não adotou o expediente prático, não havendo impacto nas demonstrações financeiras.

3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- a) Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022;
- b) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022;
- c) Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- d) Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- e) Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- f) Alteração nas normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7e IFRS 16 (Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2") - As alterações são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, e esclarecem aspectos referentes a definição da taxa de juros.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo, com liquidez imediata, com vencimentos originais em até três anos, indexadas ao CDI e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDBs com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI.

3.4. Ativo financeiro de concessão

As concessões estão dentro do alcance da ICPC 01 quando se considera que estão de acordo com os termos dos contratos de concessão. O respectivo ativo está classificado como Ativo Financeiro, considerando que existe um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da autoridade concedente. Nesse contexto, atendendo ao disposto ICPC 01, foram registrados na conta do ativo financeiro em formação gastos incorridos que podem ser mensurados com segurança.

Em março de 2018 através do termo de arrolamento, a Companhia transferiu à Secretária do Estado de Saúde o complexo hospitalar sendo assim os saldos das contas de "Ativo financeiro em formação" deduzindo do saldo da conta de "Adiantamento de clientes" foram reclassificados para a conta de "Ativo financeiro de concessão

3.5. Contas a receber

O Contas a receber está constituído pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza" que estão em sua totalidade relacionados a indicadores de desempenho previstos no Contrato de Concessão. A Companhia possui um Sistema de acompanhamento sistêmico de indicadores com aferições mensais e avaliados pelo poder concedente através de Verificador independente.

3.6. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições a compensar são constituídos por créditos de pagamento a maior de impostos federais e saldo negativo de IRPJ e CSLL.

3.7. Adiantamento a fornecedor

Adiantamentos estão demonstrados ao custo e correspondem aos valores pagos ao fornecedor, para execução da construção do Complexo Hospitalar, bens ou serviços que irão compor o custo dos serviços a serem prestados ao cliente.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.11. Contratos de arrendamento

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como direito de uso ou ativo financeiro em contrapartida, a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso.

Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com o prazo do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos

As despesas de Imposto de Renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.13. Capital social

Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido.

3.14. Apurações do resultado

A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro.

As receitas e despesas de construção tem como contrapartida o ativo financeiro, tendo em vista o direito incondicional de receber caixa do poder concedente.

A receita de concessão é constituída pelas contraprestações variáveis de serviços "bata cinza".

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de "Receitas/Despesas financeiras".

3.15. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

4.2. Risco de mercado

(i) Risco cambial

Considerado praticamente nulo em virtude de a Companhia não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxas de juros

As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 5.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de maneira dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado.

4.3. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	63	51
Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil S.A.	1	0
Banco Bradesco S.A.	15.438	7.307
	<u>15.502</u>	<u>7.358</u>

As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em debêntures com compromisso de recompra e rendem juros que variam entre 95% a 100,8% do CDI.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

6. Ativo financeiro de concessão

O saldo representa a infraestrutura da concessão e corresponde ao direito estabelecido pelo Contrato de Concessão Administrativa de receber caixa através da contraprestação mensal fixa, conforme demonstrativo a seguir:

	31/12/2019	Movimentações	31/12/2020
Transferência ativo financeiro em formação	372.035	11.343	383.377
Varição monetária sobre ativo financeiro	77.361	36.404	113.765
Recebimentos de aportes	(192.489)	-	(192.489)
Recebimentos Contraprestação fixa	(57.452)	(36.065)	(93.517)
	<u>199.455</u>	<u>11.681</u>	<u>211.137</u>

O Ativo financeiro é remunerado pela TIR a uma taxa de 1,44% a.m. e seu reconhecimento é realizado mensalmente na demonstração do resultado na linha receitas financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Financeiro de concessão	<u>211.137</u>	<u>199.455</u>
	<u>211.137</u>	<u>199.455</u>
Circulante	<u>53.085</u>	<u>40.957</u>
Não circulante	<u>158.052</u>	<u>158.498</u>

7. Contas a receber

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber		
Parcela variável	9.526	9.152
Remuneração sobre atraso	5.477	-
Receita Acessória	19	29
Direito de exploração	(24)	(38)
	<u>14.999</u>	<u>9.143</u>

A linha "Direito de Exploração" refere-se à participação da Secretaria do Estado de Saúde de 25% sobre o valor bruto das receitas acessórias.

A linha "Remuneração sobre Atraso" refere-se à saldo a receber de atualização monetária e juros incidente sobre o inadimplemento no pagamento das parcelas de Aporte Público e Contraprestações Mensais pelo Poder Concedente a Companhia. Decorrido os prazos de recebimento estabelecido em contrato aplica-se multa pecuniária de 2% e acréscimo de juros de mora correspondente à variação pro rata die da taxa SELIC.

8. Partes relacionadas

A Companhia celebrou contrato de mútuo com a Inova Saúde São Paulo SPE S/A no valor de R\$ 14.885. O contrato é remunerado com base nos encargos pós-fixados pela variação integral do CDI, acrescidos de juros na razão de 0,35% ao mês e IOF.

A Companhia também possui com a Controladora, contrato de subarrendamento de imóvel e despesas administrativas inerentes ao uso do espaço. Os valores estão apresentados na nota 9 - Ativo intangível e arrendamento mercantil.

9. Ativo intangível e arrendamento mercantil

Em 01 de janeiro de 2020, com base no CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil a Companhia reconheceu o contrato de subarrendamento celebrado com a Controladora Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. Os registros foram realizados nas contas de Ativo Não Circulante "Intangível" em contrapartida do Passivo Circulante e Não Circulante "arrendamento mercantil". Cada pagamento efetuado é baixado do passivo circulante e o custo financeiro alocado no resultado em despesas financeiras. A Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento mercantil a taxa de 0,7588% a.m. O direito de uso do intangível é amortizado pelo método linear considerando o prazo executável do contrato, lançado na demonstração do resultado como "Amortização".

9.1. Direito de uso

	Vida útil em anos	Adições	Amortização acumulada	31/12/2020
Locação de Imóvel	6	1.756	(293)	1.463
		1.756	(293)	1.463

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

9.2. Arrendamento mercantil

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	629	-
Não Circulante	1.265	-
	<u>1.894</u>	<u>-</u>

Segue a movimentação do saldo de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>
Novos contratos	2.243
Pagamentos - principal	-
Pagamentos - juros	-
Apropriação de encargos financeiros	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.894</u>

10. Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Spdm - Hosp. Reg. De Sorocaba Bata Cinza	9.816	5.350
Philips Medical Systems Ltda	757	125
Sodexo Facilites Services Ltda	636	303
Swisslog Italiza SPA	-	589
Interfort Segurança de Valores Ltda	510	-
Gr Servicos De Alimentacao S.A	310	361
Maxlav Lavanderia Especializada S.A.	300	186
Demais Fornecedores	984	1.007
	<u>13.313</u>	<u>7.921</u>

A Companhia possui contrato firmando com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina para a prestação de serviços não assistenciais no Hospital Estadual de Sorocaba denominados como "bata cinza". Com o início das operações em 2018, a Companhia assumiu diretamente alguns serviços previstos no escopo das obrigações da contratada, alterando substancialmente a operação do fornecedor. A Companhia vem renegociando as cláusulas contratuais de remuneração junto ao fornecedor, com expectativa de conclusão das negociações no primeiro semestre de 2021.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

11. Empréstimos

Modalidade	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	IPCA +3,17% + 5,40% a.a. (subcrédito A)		
	Selic + 5,40% a.a (subcrédito B)	68.334	66.490
	e Selic 5,30% a.a. (capital de giro)		
BRADESCO	CDI + 2,20% a.a	26.764	26.774
		<u>95.098</u>	<u>93.264</u>
Arrendamento Mercantil			
Daycoval leasing - Banco Multiplo	Leasing financeiro 2,58% a.a.	94	466
(-)Ajuste a valor presente		(4)	(18)
Bradesco Leasing S.A.	Leasing financeiro CDI + 0,3195 % a.m.	405	890
(-)Ajuste a valor presente		(23)	(50)
		<u>472</u>	<u>1.288</u>
Circulante		<u>95.570</u>	<u>94.080</u>
Não circulante		<u>-</u>	<u>472</u>

Conforme cláusula previstas nos contratos de financiamentos firmados junto ao banco BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social a interveniente fiadora, Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A deve manter durante a duração do contrato o índice Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 (quatro inteiros), apurados anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários.

12. Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Cofins a recolher	534	503
ISS a recolher	390	375
IRPJ a recolher	381	-
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	147	105
CSLL a recolher	143	31
INSS retido na fonte	113	99
Pis a recolher	112	106
ISS retido na fonte	50	39
IR retido na fonte	12	10
ICMS a recolher	2	5
	<u>1.884</u>	<u>1.273</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

13. Impostos diferidos

13.1. Impostos de renda e Contribuição Social diferidos registrados no Ativo

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal de exercícios anteriores	3.351	4.776
Compensação do prejuízo fiscal	(3.351)	(1.425)
Bases temporárias	14.288	5.582
Base ajustada	14.288	8.933
Imposto de renda diferido	3.572	2.233
Contribuição social diferido	1.286	804
Imposto de renda e contribuição social registrados no ativo	4.858	3.037

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a análise de lucros tributários futuros, fundamentada em estudos elaborados com base em premissas internas e externas e em atuais cenários macroeconômicos aprovados pela Administração da Companhia.

As bases temporárias são constituídas dos valores de provisão para reinvestimentos adicionados da sua atualização financeira, amortizações de direito de uso e provisões para a possível saída de recursos decorrentes da negociação com o fornecedor SPDM Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina.

13.2. Impostos diferidos registrados no Passivo

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de R\$ 55.048 (R\$ 42.620 em 2019), representam os valores de impostos diferidos da receita total da construção, variações monetárias sobre o ativo financeiro e recebimentos futuros de reequilíbrio financeiro.

Com base na IN 1700 de 2017 RFB, os valores de Pis/COFINS e IRPJ/CSLL devem ser recolhidos a medida em que a Companhia recebe as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ")		
Ativo financeiro de concessão	9.220	9.818
Variação monetária do ativo financeiro	17.938	13.020
Outros	3.687	-
	<u>30.845</u>	<u>22.838</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")		
Ativo financeiro de concessão	3.319	3.534
Variação monetária do ativo financeiro	6.458	4.687
Outros	1.327	-
	<u>11.105</u>	<u>8.221</u>
Programa de Integração Social ("PIS")		
Ativo financeiro de concessão	1.529	1.628
Variação monetária do ativo financeiro	466	338
Outros	199	-
	<u>2.194</u>	<u>1.966</u>
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")		
Ativo financeiro de concessão	7.055	7.514
Variação monetária do ativo financeiro	2.868	2.081
Outros	982	-
	<u>10.905</u>	<u>9.595</u>
Total dos impostos diferidos passivos	<u><u>55.048</u></u>	<u><u>42.620</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

13.3. Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no Resultado

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2020			31/12/2019		
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	36.911	36.911	36.911	18.878	18.878	18.878
Adições	29.005	29.005	29.005	20.931	20.931	20.931
Realização da margem da construção	2.532	2.532	2.532	2.797	2.797	2.797
Realização da variação monetária	16.733	16.733	16.733	12.370	12.370	12.370
Bases temporárias	8.706	8.706	8.706	5.582	5.582	5.582
Outras adições	1.034	1.034	1.034	182	182	182
Exclusões	(51.290)	(51.290)	(51.290)	(35.058)	(35.058)	(35.058)
Margem da Construção	(140)	(140)	(140)	(1.113)	(1.113)	(1.113)
Variação monetária sobre contrato de concessão	(36.403)	(36.403)	(36.403)	(31.945)	(31.945)	(31.945)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(2.000)	(2.000)	(2.000)
Reequilíbrio financeiro	(14.747)	(14.747)	(14.747)	-	-	-
Resultado fiscal antes da compensação do prejuízo	14.627	14.627	14.627	4.751	4.751	4.751
Compensações de prejuízos fiscais	3.351	3.351	3.351	1.425	1.425	1.425
Base de cálculo após compensações	11.276	11.276	11.276	3.326	3.326	3.326
Imposto calculado	(2.795)	(1.016)	(3.811)	(807)	(299)	(1.107)
(-) PAT Programa de atenção ao trabalhador	68	-	68	20	-	20
(-) Doações Programa nacional de apoio a cultura	-	-	-	14	-	14
Impostos correntes registrados no resultado	(2.727)	(1.016)	(3.742)	(773)	(299)	(1.072)

Descrição:	Imposto de	Contribuição	Total	Imposto de	Contribuição	Total
	renda	Social		renda	Social	
	31/12/2020			31/12/2019		
Ativo financeiro de concessão	598	216	814	421	152	573
Variação monetária de ativo financeiro	(4.917)	(1.770)	(6.687)	(4.894)	(1.762)	(6.656)
Bases temporárias	2.176	784	2.960	1.395	502	1.897
Reequilíbrio financeiro	(3.687)	(1.327)	(5.014)	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	(838)	(302)	(1.140)	(356)	(128)	(484)
Impostos diferidos registrados no resultado	(6.668)	(2.399)	(9.067)	(3.434)	(1.236)	(4.670)

14. Provisões

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões para reinvestimento	7.687	3.737
	7.687	3.737

O contrato de concessão com a Secretária do Estado de Saúde prevê que o parceiro privado realize todas as substituições, atualizações e manutenções dos equipamentos, de modo a atingir a plena satisfação dos indicadores de desempenho. Diante desta obrigação contratual, a Companhia vem provisionando valores referente aos reinvestimentos em equipamentos que deverão ser realizados ao longo do período de concessão. Os valores são reajustados com base nos índices de inflação à taxa 3.5% ao ano.

15. Receita diferida

O contrato de concessão firmado com a Secretária do Estado de Saúde prevê a exploração de receitas acessórias no Hospital, mediante contratação de terceiros ou via subsidiária integral da Cedente. Em 2018, a Companhia celebrou contrato para a exploração de atividade de estacionamento de veículos na área do Hospital Estadual de Sorocaba. Essa contratação contempla o recebimento a título de outorga, no valor de R\$ 4.800 recebidos em parcela única e registrados como Receita Diferida no balanço da Companhia. A apropriação da receita será realizada pelo período do contrato.

	31/12/2020	31/12/2019
Receita diferida	3.032	3.238
	<u>3.032</u>	<u>3.238</u>

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 30.457, representado por 30.456.694 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizado

16.2. Dividendos

Observadas as condições do Edital e do Contrato de Concessão com a secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, a Companhia poderá efetuar livre distribuição de dividendos a seus acionistas com base em balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, levantar balanços extraordinários para esse fim. Em 2020, a administração decidiu pelo pagamento de dividendos no montante de R\$ 6.110 (R\$ 28.149 em 2019); os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 241 correspondente a 1% do lucro líquido.

INOVA SAÚDE SOROCABA SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

17. Lucro bruto

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de concessão	56.782	54.597
Receita de construção da concessão	892	7.099
Receitas acessórias	541	749
Receitas sobre reequilíbrio financeiro	9.585	-
Tributos sobre concessão	(6.726)	(6.469)
Tributos sobre construção da concessão	(33)	(259)
Tributos sobre as receitas acessórias	(50)	(69)
Tributos sobre reequilíbrio financeiro	(887)	
Dedução sobre receitas acessórias	(135)	(187)
Receita operacional líquida (b)	<u>59.969</u>	<u>55.461</u>
(-) Custo da construção	(752)	(5.986)
(-) Custo da operação	<u>(48.926)</u>	<u>(46.306)</u>
Lucro bruto (a)	<u>10.291</u>	<u>3.169</u>
Margem % ((a) / (b))	<u>17,16%</u>	<u>5,71%</u>

18. Custos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Serviços contratados	(31.947)	(31.827)
Custo com pessoal	(5.160)	(4.637)
Provisões para reposições do ativo financeiro	(3.589)	(3.590)
Manutenção Predial	(2.426)	(2.223)
Materiais e equipamentos hospitalares	(2.761)	(1.701)
Serviços de TI	(1.848)	(1.885)
Reposição ativo financeiro	(72)	(59)
Outros custos	(1.123)	(384)
	<u>(48.926)</u>	<u>(46.306)</u>
Custo da construção do ativo financeiro	<u>(752)</u>	<u>(5.986)</u>
	<u>(49.678)</u>	<u>(52.292)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

19. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas com pessoal	(5.528)	(5.016)
Serviços de terceiros	(1.103)	(778)
Impostos e taxas	(233)	(156)
Depreciações e amortizações	(296)	-
Outras receitas/despesas	(568)	(521)
	<u>(7.729)</u>	<u>(6.471)</u>

20. Receitas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Variações monetárias s/ativo financeiro	36.404	31.945
Juros sobre atraso no recebimento	4.955	-
Variações monetárias s/reequilíbrio	1.388	-
Juros sobre aplicações financeiras	290	771
Outras receitas financeiras	19	90
Juros sobre mútuo	526	-
Impostos sobre receitas financeiras	(2.030)	(1.526)
	<u>41.552</u>	<u>31.280</u>

As variações monetárias ativas referem-se à atualização do Ativo Financeiro com base na taxa interna de retorno.

21. Despesas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Juros sobre empréimos	(4.986)	(5.008)
Variações monetárias passivas	(2.069)	(3.433)
Iof sobre operações financeiras	(15)	(14)
Juros sobre arrendamento	(226)	-
Juros e multas	(4)	(70)
Comissões bancárias	(30)	(44)
Atualização provisão para reinvestimento	(361)	(147)
Outros	(691)	(383)
	<u>(8.381)</u>	<u>(9.100)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de Reais)

22. Informações complementares de EBITDA

A OCPC 05 permite que a remuneração do ativo financeiro seja apresentada na demonstração do resultado conforme o modelo de negócio da Companhia e de acordo com seu modelo de gestão. A Administração da Companhia, optou em demonstrar a variação monetária sobre o ativo financeiro na linha de receitas financeiras, desta forma apresenta abaixo o EBITDA ajustado, considerando a variação monetária de ativo financeiro de concessão:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e resultado financeiro	3.740	(3.302)
(+) depreciações/amortizações	4	4
Ebitda	<u>3.744</u>	<u>(3.298)</u>
(+) Variação monetária de ativo financeiro	36.404	31.945
Ebitda ajustado	<u><u>40.147</u></u>	<u><u>28.647</u></u>

23. Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia mantém apólices específicas, como a seguir demonstrado:

(em milhares de reais)		Montante da
<u>Projeto</u>	<u>Ramo</u>	<u>Cobertura</u>
Hospital de Sorocaba	Setor público	20.000
Hospital de Sorocaba	Responsabilidade civil	10.000
Hospital de Sorocaba	Riscos nomeados	338.835

24. Efeitos Covid

Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, a Companhia tem acompanhado atentamente os impactos da COVID-19 nos mercados mundiais e nacionais. Até o momento não houve reflexos financeiros negativos para a Companhia ou que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis.

25. Eventos subsequentes

Em 09 de março de 2021, a Companhia transferiu à Inova Saúde São Paulo a título de mútuo, o valor de R\$ 6.000. Sobre o valor total incidirá IOF, juros de 0,35% ao mês e variação integral do CDI.